

Ofício nº 06/2022.

Mãe do Rio – Pará, 04 de janeiro de 2022.

**Ao Exmo. Sr. Vereador**  
**OTACÍLIO FRANÇA ALVES**  
**Presidente da Câmara Municipal de Almeirim – PA.**

Nobre Presidente,

Honrado em cumprimentá-lo, remeto proposta comercial e de trabalho de assessoria e consultoria jurídica em favor da Câmara Municipal de Almeirim – PA a ser prestada neste ano de 2022, conforme abaixo especificado:

**1 – OBJETO DO SERVIÇO DA PROPOSTA COMERCIAL:**

- ❖ Assessoria e consultoria jurídica perante os seguintes órgãos de controle:
  - Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM/PA;
  - Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE/PA;
  - Tribunal de Contas da União – TCU;
  - Controladoria Geral da União – CGU;
  - Departamentos de Auditorias.
  
- ❖ Assessoria e consultoria jurídica perante os órgãos do Poder Judiciário:
  - 1º e 2º Grau do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJE/PA;
  - Justiça Federal – Em todas as unidades Seccionais onde a matéria exigir; ou ainda, por conveniência deste Poder Legislativo;
  - Departamentos de auditorias.
  
- ❖ Assessoria e consultoria jurídica no âmbito administrativo e interno deste Poder Legislativo:
  - Elaboração e produção de pareceres jurídicos em processos licitatórios;
  - Elaboração e produção de pareceres jurídicos em processos legislativos e julgamentos de contas;
  - Elaboração e produção de pareceres jurídicos em processos administrativos que a presidência julgar necessário;
  - Elaboração e produção de minutas de projetos de leis, projetos de resoluções, projetos de decretos legislativos, portarias e demais atos normativos de competência deste Poder Legislativo.

## 2 – DAS FORMAS DA CONTRATAÇÃO:

- ❖ Período de 12 (doze) meses;
- ❖ Valor Global de R\$-168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais);
- ❖ Forma de Pagamento com o valor global fracionado em 12 (doze) parcelas iguais de R\$-14.000,00 (quatorze mil reais), com vencimento todo dia 20 (vinte) de cada mês;
- ❖ Condicionantes:
  - Proposta válida por 30 (trinta) dias;
  - Despesas com deslocamento para fora do Estado do Pará, como passagens, alimentação e hospedagens não estão incluídas no valor, devendo ser arcadas pela contratante;
  - Não estão incluídas no valor as despesas com emolumentos, taxas e custas processuais.

## 3 – DADOS DO ESCRITÓRIO:

- ❖ Nome: BORGES & MOURA ADVOGADOS;
- ❖ CNPJ: 20.801.477/0001-83;
- ❖ Inscrição na OAB/PA: 648/2014;
- ❖ Endereço: Rua do Livramento, nº 150 (altos da Igreja Universal), sala 001, Centro, CEP 68.675-000, MÃE DO RIO – PARÁ;
- ❖ Quadro Profissional do Escritório: 03 (três) advogados, sendo 01 (um) com 03 (três) especialidades;
- ❖ O Escritório possui sede física na cidade de Mãe do Rio - PA, contando com 04 (quatro) salas, mobiliários adequado e veículo próprio.
- ❖ Contatos: E-mail e telefone (com WhatsApp) no rodapé da página.

Esta é a proposta comercial a qual submeto à apreciação de Vossa Excelência e que, nesta oportunidade coloco-me à disposição para prestar outras informações e referências de entender necessárias.

Atenciosamente,

**GLAUBER DANIEL  
BASTOS BORGES**

**Advogado OAB/PA 16502  
Sócio Administrador**

Assinado de forma digital por  
GLAUBER DANIEL BASTOS  
BORGES  
Dados: 2022.01.04 10:36:53  
-03'00'

# Contrato Social para Constituição de Sociedade de Advogados "Borges & Moura Advogados"

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, Glauber Daniel Bastos Borges, brasileiro, solteiro, advogado, residente e domiciliado na Rua Coronel Pantoja de Miranda, nº 219, bairro Silas Freitas, Mãe do Rio - PA, CEP 68675-000, inscrito na OAB/PA sob o nº 16502 e CPF nº 889.454.132-00; e Gabriel Nascimento de Moura, brasileiro, solteiro, advogado, residente e domiciliado na Rua Bela Vista, nº 276, bairro Silas Freitas, Mãe do Rio - PA, CEP 68675-000, inscrito na OAB/PA sob o nº 19082 e no CPF sob o nº 876.165.302-06, partes entre si ajustadas, têm a constituição de uma Sociedade de Advogados, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CARTÓRIO JUIZ DE DIREITO  
TABELIONATO E REGISTRO PÚBLICOS  
OFÍCIO ÚNICO DE MÃE DO RIO  
CPF: 10.517.474/6901-60  
Autêntico e presente segue reprodução do ltr Original que me foi exibido nesta data, pelo qual autenticou esta via  
Mãe do Rio, PA  
10 JAN 2017

Ra. do Socorro B. de Lima  
PRESIDENTE AUTORIZADA



## DA RAZÃO SOCIAL E DO SEU USO:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A Sociedade tem por razão social o nome "Borges & Moura Advogados" se rege pela Lei Federal nº 8906/94, pelo Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, pelo Provimento 112/2006 e pelos demais provimentos e regulamentos aplicáveis à espécie.

**Parágrafo Único:** A razão social é de uso exclusivo nos negócios da Sociedade, ficando vedada sua utilização em negócios estranhos ao objeto social.

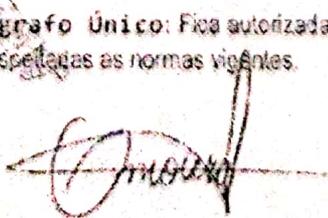
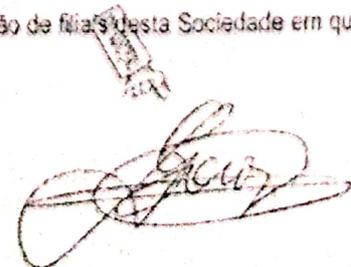
## DO OBJETO, PRAZO E ENDEREÇO DA SOCIEDADE:

**CLÁUSULA SEGUNDA:** O objeto principal da sociedade é a prestação de serviços exclusivamente jurídicos, privativos de advogados, podendo, ainda, praticar todos os demais atos que, direta ou indiretamente estiverem vinculados aos objetivos da sociedade.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O prazo de duração da sociedade é indeterminado, na forma permitida pela legislação brasileira em vigor.

**CLÁUSULA QUARTA:** A Sociedade tem sede nesta cidade de Mãe do Rio à Rua do Livramento, s/n. Sala 001, Bairro Centro, CEP 68675-000, Fone 3414-2070, e-mail: glauberborges.adv@gmail.com.

**Parágrafo Único:** Fica autorizada a criação de filiais desta Sociedade em qualquer parte do território nacional, respeitadas as normas vigentes.

**CARTÓRIO VIVI CORDEIRO**  
**ÚNICO OFÍCIO**  
RECONHEÇO A VERDADEIRA ASSINATURA  
de Gabriel Nascimento de Moura  
Staubes Daniel Santos Borges  
FEITA EM MINHA PRESENÇA, DO QUE DOU FÉ.  
do Rio-PA 02 JUL 2014



*[Handwritten Signature]*  
Jaceli Moreira Leite  
Advogada Autorizada

## DO CAPITAL SOCIAL, SUA DISTRIBUIÇÃO EM QUOTAS SOCIAIS:

**CLÁUSULA QUINTA:** O capital social é de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) totalmente integralizado nesta oportunidade pelos sócios, dividido em 10 (dez) quotas patrimoniais, sendo cada quota no valor nominal de R\$ 200,00 (duzentos reais).

**CLÁUSULA SEXTA:** O capital social de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e as quotas patrimoniais e de serviço estão assim distribuídas:

a) Ao sócio Glauber Daniel Bastos Borges cabem 05 (cinco) quotas, perfazendo a quantia de R\$ 1.000 (mil reais), 50% das quotas patrimoniais;

b) E ao sócio Gabriel Nascimento de Moura cabem 05 (cinco) quotas, perfazendo a quantia de R\$ 1.000 (mil reais), 50% das quotas patrimoniais;

## DA CESSÃO DAS QUOTAS E DA DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS E EXERCÍCIO SOCIAL:

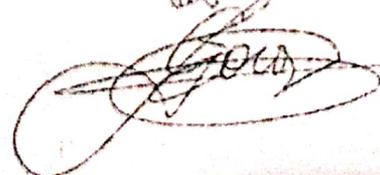
**CLÁUSULA SÉTIMA:** Se um dos sócios desejar vender ou ceder onerosamente a terceiros, estranhos à sociedade, uma parcela ou a totalidade de suas quotas, poderá fazê-lo, desde que ofereça por escrito aos demais para que estes exerçam o direito de preferência no prazo de 30 (trinta) dias. O silêncio do sócio significará aprovação da alienação, mas a venda ou cessão das quotas só poderá ser consumada nas mesmas bases e condições ofertadas pelo cedente aos demais sócios.

**CLÁUSULA OITAVA:** Serão efetuados balancetes periódicos a fim de apurar o resultado societário havido, sendo facultado à sociedade rateá-los ou não na proporção da participação de cada sócio no capital social, o que será objeto de deliberação societária, obedecidas as reservas de provisão e de rateios que a sociedade venha a estabelecer para a boa gestão;

**Parágrafo Único:** O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se, necessariamente, em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, para elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, que serão julgados pelos sócios, no primeiro trimestre seguinte ao término do exercício social.

## DO FALECIMENTO, DA AUSÊNCIA, DA INVALIDEZ OU DA INTERDIÇÃO DO SÓCIO

**CLÁUSULA NONA:** No caso de falecimento ou ausência de quaisquer dos sócios a sociedade não será extinta, levantando-se um balanço especial para a data legal da declaração do fato, no prazo de 90 (noventa) dias e, o representante legal do falecido ou ausente, deliberará com os sócios remanescentes, de comum acordo, se convier aos remanescentes, mediante aprovação dos detentores da maioria do capital social, o ingresso dos herdeiros ou sucessores do morto ou ausente, no prazo de 30 (trinta) dias após lhe ter sido apresentado o balanço, sujeitando-se os herdeiros ou sucessores a preencher a condição de advogado regularmente inscrito na OAB. E, não havendo o quorum acima estipulado, efetuar-se-á o pagamento dos haveres daquele a sua herança ou sucessores, a serem apurados naquele balanço especialmente efetuado para tal fim, no máximo em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de atualização monetária calculada pela variação acumulada, mensalmente, do INPC (Índice Nacional de



**CARTÓRIO VIVI CORDEIRO**  
**ÚNICO OFÍCIO**  
RECONHEÇO A VERDADEIRA ASSINATURA  
de Sabriel Neumann de Melo  
Escrevente Autorizada  
FEÇA EM MINHA PRESENÇA, DO QUE LOU FE.  
do Rio-PA, 10 JUL, 2014



**CARTÓRIO VIVI CORDEIRO**  
**TABELIONATO E REGISTRO PÚBLICOS**  
**OFÍCIO ÚNICO DE MÃE DO RIO**  
CNPJ: 10.537.014/0001-00  
Autentico a presente copia, reprodução do fiel Original que  
me foi exibido nesta data, pelo qual autentico esta via.  
Mãe do Rio, PA, 10 JAN, 2017

Ra. do Socorro B. de Lima  
ESCRIVENTE AUTORIZADA



Preços ao Consumidor) da Fundação Getúlio Vargas e de juros de 1% (um por cento) ao mês, contados da data da ocorrência do evento, iniciando-se o pagamento da primeira parcela 90 (noventa) dias após essa data.

**Parágrafo Primeiro:** Se o falecido for sócio no exercício do cargo de administração da sociedade, o seu representante legal receberá, durante o período que anteceder ao pagamento dos haveres daquele, mensalmente, valor idêntico ao seu pró-labore à época do óbito, a título de adiantamento a ser descontado dos haveres à época do pagamento destes.

**Parágrafo Segundo:** Havendo a interdição de quaisquer dos sócios, a sociedade não será extinta e, os haveres do sócio interditado serão apurados, também, em balanço especial, na data legalmente reconhecida como da declaração de interdição do sócio, sendo este excluído da sociedade e, tais haveres, após apurados na forma do § 1º desta cláusula, pagos nos mesmos termos e condições ali previstos, ao seu curador, efetuando-se a necessária redução do capital social.

**Parágrafo Terceiro:** No caso do herdeiro ou sucessor do sócio falecido ou ausente deter cotas do capital da sociedade, participando desta como sócio, acrescerão às suas cotas aquelas que receber por herança ou sucessão, as quais lhe serão igualmente distribuídas, não se aplicando, nessa hipótese, a regra disposta no § 1º desta cláusula. Ou seja, não haverá apuração de haveres do sócio falecido ou ausente, para indenização dos seus herdeiros ou sucessores, mas, sendo estes sócios na entidade, por ocasião da declaração do óbito ou da ausência do sócio morto ou ausente, a eles serão distribuídas as cotas nos termos do ato legal que lhes destinar a herança.

**Parágrafo Quarto:** Tanto no caso de óbito, ausência ou interdição de sócio, só será aceita a representação deste através da documentação pertinente, legalmente expedida pela autoridade judicial competente.

#### DA RETIRADA E EXCLUSÃO DE SÓCIO:

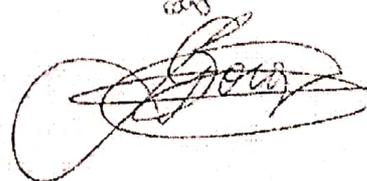
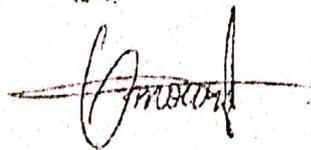
**CLÁUSULA DÉCIMA:** No caso de um dos sócios desejar retirar-se da sociedade deverá notificar os outros, por escrito, com antecedência de 60 (sessenta) dias, conforme art. 1.029, do Código Civil Brasileiro, e, seus haveres lhe serão reembolsados nas condições abaixo ajustadas.

**Parágrafo Primeiro:** Os haveres do sócio retirante, compreendendo capital, lucros e quaisquer outros créditos, serão apurados pelo montante efetivamente realizado e será liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, na data da ocorrência.

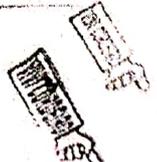
**Parágrafo Segundo:** Os haveres apurados na forma acima estabelecida serão pagos ao sócio retirante em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA:** A Sociedade poderá excluir sócios, desde que justificadamente e de forma indenizada, pela unanimidade dos votos dos Sócios Patrimoniais, excluídos os impedidos.

**Parágrafo Primeiro:** Os haveres do sócio excluído, compreendendo capital, lucros e quaisquer outros créditos, serão apurados pelo montante efetivamente realizado e será liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, na data da ocorrência.



3



**CARTÓRIO VIVI CORDEIRO**  
**ÚNICO OFÍCIO**  
RECONHECO A VERDADEIRA ASSINATURA  
de Sobrinho Norberto de Moura  
de Paula Daniel Gomes Gomes  
FEITA EM MINHA PRESENÇA, DO QUE LOU FE.  
No Rio-PA, 10 JUL, 2014



*[Handwritten Signature]*  
Doraci Aloncha Leite  
Escrivente Autorizada

**CARTÓRIO VIVI CORDEIRO**  
**TABELIONATO E REGISTRO PÚBLICOS**  
**OFÍCIO ÚNICO DE MÃE DO RIO**  
CNPJ: 10.537.014/0001-00  
Autentico a presente cópia, reprodução do fiel Original que  
me foi exibido nesta data, pelo qual autentico esta via.  
Mãe do Rio, PA, 10 JAN, 2017



*[Handwritten Signature]*  
Ra. do Socorro B. de Lij  
ESCRIVENTE AUTORIZADA

**Parágrafo Segundo:** Os haveres apurados na forma acima estabelecida serão pagos ao sócio excluído em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

**Parágrafo Terceiro:** O capital social sofrerá a correspondente redução, salvo se os sócios remanescentes suprirem o valor da quota.

**Parágrafo Quarto:** Considerando que as sociedades de advogados são tipicamente sociedades de pessoas, cuja base de exercício reside na confiança recíproca e na affectio societatis, e ainda, que por imposição legal, nessas sociedades, o nome social deve conter o patronímico de um ou mais sócios, e que o uso desses é direito personalíssimo, considera-se fato suficiente à permitir a dissolução parcial da Sociedade, com exclusão de um ou mais sócios, a perda daquela affectio, assim deliberada por decisão dos Sócios Patrimoniais remanescentes, por votação unânime e especialmente convocada para esse fim, e com prévia convocação do sócio que se pretende excluir.

**Parágrafo Quinto:** Em qualquer caso de exclusão, esta será operada mediante simples alteração do Contrato Social, na forma do parágrafo único do art. 12 do Provimento 112/2006 do Conselho Federal da OAB.

#### DO PROSEGUIMENTO DAS ATIVIDADES SOCIAIS E DA RESPONSABILIDADE REMANESCENTE E DA QUARENTENA:

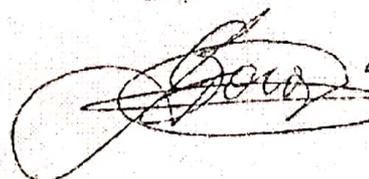
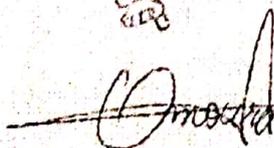
**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA:** Em qualquer das hipóteses estabelecidas nas CLÁUSULAS OITAVA, NONA e DÉCIMA, a sociedade não entrará em dissolução, podendo os sócios remanescentes continuar com as atividades sociais, até a efetiva regularização do quadro societário.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA:** A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou sua herança, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos depois de averbada a resolução da sociedade. Nas hipóteses de retirada ou exclusão de sócios, a responsabilidade pelas obrigações sociais perdurará por igual prazo, enquanto não se requerer a averbação, nos termos do art. 1.032 do Novo Código Civil Brasileiro.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA:** Em todas as hipóteses acima mencionadas nas cláusulas 9ª a 11ª fica estabelecida quarentena de 24 (vinte e quatro) meses para exercer a advocacia contra os clientes que a Sociedade possuía no período em que o Sócio esteve na Sociedade, sem prejuízo das sanções correspondentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA:** Os sócios não poderão exercer advocacia autonomamente e auferir os respectivos honorários como receita pessoal, salvo na hipótese em que os sócios, unanimemente, resolverem deliberar de outro modo, através de prévia e expressa anuência dos Sócios. Exceção-se dessa regra, também, o exercício da advocacia como servidores nos cargos próprios à advocacia pública ou, ainda, como empregados de pessoas jurídicas de direito privado, desde que não se trate de outra sociedade de advogados. Também, poderão os sócios exercer o magistério público ou privado.

#### DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS E DO "PRÓ LABORE":



**CARTÓRIO VIVI CORDEIRO**  
**UNICO OFICIO**  
RECONHECO A VERDADE DA ASSINATURA  
de *Sobair Moura de Moura*  
*Alaube Jovial Torres Borges*  
FEITA EM MINHA PRESENÇA, LOCAIS DOUFE.  
Mãe do Rio-PA, 10 JUL 2014



*Maria Lette*  
Escritora Autorizada

**CARTÓRIO VIVI CORDEIRO**  
**TABELIONATO E REGISTRO PÚBLICOS**  
**OFICIO UNICO DE MÃE DO RIO**  
CNPJ: 10.537.014/0001-00  
Autentico a presente copia, reprodução do fiel Original que  
me foi exibido nesta data, pelo qual autentico esta via.  
Mãe do Rio, PA 10 JAN 2017

*Re. do Socorro B. de Lima*  
ESCREVENTE AUTORIZADA



## DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS E DO "PRÓ LABORE":

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA:** A responsabilidade profissional dos sócios será regulada pelas normas do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e pelos provimentos do CFOAB. A sociedade, os sócios e associados responderão subsidiária e ilimitadamente por comprovados danos causados aos clientes decorrentes de ação ou omissão no exercício da advocacia, conforme inciso XI do art. 2º do Provimento CFOAB n.º 112/2006 e Provimento n.º 147/2012 do CFOAB. A responsabilidade social de cada sócio, no âmbito dos negócios sociais, é limitada na forma da lei. Os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais estranhas ao exercício profissional, conforme estabelece o artigo 1.054 c/c o artigo 997, VIII, também do Código Civil.

**Parágrafo Único:** Nas relações com terceiros, que não envolvam a prestação de serviços jurídicos, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas partes, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 997, inciso VIII, c.c. artigo 1.052 e 1.054, do Código Civil (Lei n.º 10.406/2002).

**CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA:** Será estipulada uma retirada mensal para os sócios-administradores, de conformidade com a legislação em vigor.

## DA ADMINISTRAÇÃO E EXTINÇÃO DA SOCIEDADE:

**CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA:** A administração da sociedade caberá, por livre e desimpedida deliberação dos sócios, exclusivamente ao Sr. Dr. Glauber Daniel Bastos Borges, OAB/PA 16502, CPF n.º 889.454.132-00 que por este ato está constituído para a execução dos poderes inerentes ao instrumento de mandato judicial, representando a sociedade em todos os atos administrativos e judiciais até a última instância do respectivo Poder.

**CLÁUSULA DÉCIMA-NONA:** Na hipótese de os sócios decidirem extinguir a sociedade será levantado o Balanço de Encerramento e divididos os haveres e deveres na proporção da participação de cada qual no capital social.

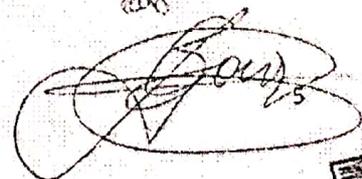
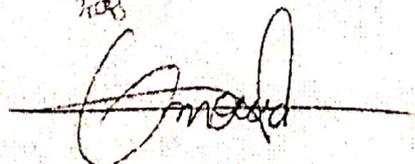
**Parágrafo Único:** O pagamento integral deverá ocorrer no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após o fechamento do Balanço de Encerramento.

## DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, DO FORO E DAS REVOGAÇÕES DAS DISPOSIÇÕES CONTRÁRIAS:

**CLÁUSULA VIGÉSIMA:** As alterações somente serão permitidas através do pleno consenso entre os sócios, salvo as disposições em contrário expressas neste Contrato.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA:** Ficam revogadas todas as cláusulas e disposições naquilo que conflitarem com o que é disposto neste Instrumento.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA:** Fica estabelecido o foro da cidade de Mãe do Rio, Estado do Pará, a fim de dirimir qualquer dúvida oriunda do presente Contrato.



**CARTÓRIO VIVI CORDEIRO**  
**ÚNICO OFÍCIO**  
RECONHECO A VERDADEIRA ASSINATURA  
de Cabriel Vazquez de Moura  
Agustina Daniel Torres Torres  
FEITA EM MINHA PRESENÇA, DO QUE LEU E  
Mãe do Rio-PA, 11.07.2014

*[Handwritten Signature]*  
M<sup>o</sup> Jonei  
Escrevente



**CARTÓRIO VIVI CORDEIRO**  
**TABELIONATO E REGISTRO PÚBLICOS**  
**OFÍCIO ÚNICO DE MÃE DO RIO**  
CNPJ: 10.537.014/0001-00  
Autentico a presente cópia, reprodução do fiel Original que  
me foi exibido nesta data, pelo qual autentico esta via.  
Mãe do Rio, PA, 10 JAN. 2017

*[Handwritten Signature]*

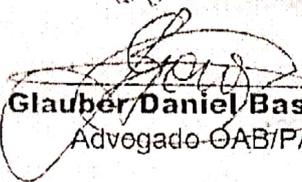
**Ra. do Socorro B. de Lima**  
ESCREVENTE AUTORIZADA

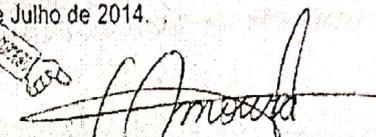


**CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA:** Os sócios declaram que não exercem nenhum cargo ou ofício público que origine impedimento ou incompatibilidade indicado no Estatuto da CAB; que não participam de outra sociedade de advogados no âmbito desta Seccional; que não são a ela associados e que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei impedindo-os de participar de sociedades.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes o presente documento em 03 (três) vias de igual teor e valor, na presença de 02 (duas) testemunhas que também subscrevem.

Mãe do Rio - PA, 10 de Julho de 2014.

  
**Glauber Daniel Bastos Borges**  
Advogado OAB/PA 16.502

  
**Gabriel Nascimento de Moura**  
Advogado OAB/PA 19.082

TESTEMUNHAS:

1ª) Brenda Gonçalves Bezerra

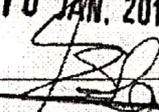
CPF: 009.968.242-78

Endereço: R. São Sebastião, 256. São Francisco.

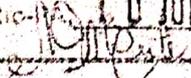
2ª) Antônia Gonçalves Lima Bezerra

CPF: 286.700.858-10

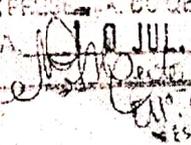
Endereço: R. São Sebastião, 256. São Francisco

**CARTÓRIO VIVI CORDEIRO**  
**TABELIONATO E REGISTRO PÚBLICOS**  
**OFÍCIO ÚNICO DE MÃE DO RIO**  
CNPJ: 10.537.014/0001-00  
Autentico a presente cópia, reprodução do fiel Original que me foi exibido nesta data, pelo qual autentico esta via.  
Mãe do Rio, PA **10 JAN. 2017**  
  
**Ra. do Socorro B. de Lima**  
ESCREVENTE AUTORIZADA

**Tribunal de Justiça do Estado do Pará**  
Setor de Segurança  
**AUTENTICAÇÃO**  
n.º 11  
010.581.931

**CARTÓRIO VIVI CORDEIRO**  
**OFÍCIO ÚNICO**  
RECONHECIMENTO A VERBAÇÃO ORIGINAL  
de Glauber Daniel Bastos Borges  
Gabriel Nascimento de Moura  
FEITA EM MÃE DO RIO - PA, em 10 de JULHO de 2014.  


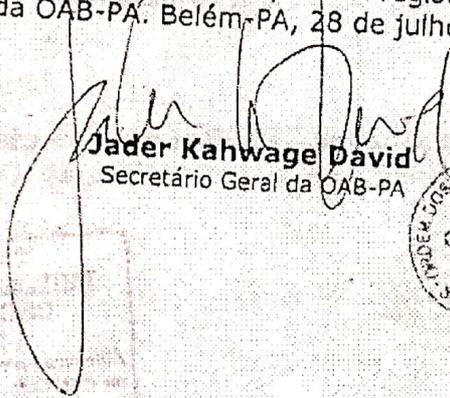
**Tribunal de Justiça do Estado do Pará**  
Setor de Segurança  
**RECONHECIMENTO DE FIDELIDADE**  
n.º 11  
004.692.388  
004.692.389

**CARTÓRIO VIVI CORDEIRO**  
**OFÍCIO ÚNICO**  
RECONHECIMENTO A VERBAÇÃO ORIGINAL  
de Brenda Gonçalves Bezerra  
Antônia Gonçalves Lima Bezerra  
FEITA EM MÃE DO RIO - PA, em 10 de JULHO de 2014.  


**Tribunal de Justiça do Estado do Pará**  
Setor de Segurança  
**RECONHECIMENTO DE FIDELIDADE**  
n.º 11  
004.692.390  
004.692.391

**CERTIDÃO**

Certificamos que o Contrato da Sociedade de **Borges & Moura Advogados** foi deferido pela Câmara Especial da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará, através da decisão do Conselheiro Relator Dr. Dennis Serruya, sendo devidamente homologado pela Presidência da Câmara Especial em 22/07/2014, data em que teve seu registro lavrado sob o nº 648/2014 no Livro nº 16 de Sociedade de Advogados, sendo arquivada uma cópia do registro da sociedade neste Setor de Inscrição da OAB-PA. Belém-PA, 28 de julho de 2014.

  
**Jader Kahwage David**  
Secretário Geral da OAB-PA





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE DO RIO - PA**

Secretaria Municipal de Finanças

Departamento de Tributos

---

---

**ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO Nº 8/2022**

---

---

CPF ou CNPJ: 20.801.477/0001-83

Inscrição Municipal / Razão Social: 716 BORGES & MOURA ADVOGADOS

Nome Fantasia:

Endereço: RUA DO LIVRAMENTO, Nº SALA 001 Bairro: CENTRO Cidade: Mãe do Rio - PA CEP: 68675-000

---

---

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** Comercial das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 18:00

---

---

Atividade(s) Econômica(s) / CNAE(s):

6911-7/01 - Serviços advocatícios

---

---

**RESTRIÇÕES:** O alvará será cassado e o estabelecimento imediatamente interditado com interrupção da atividade econômica/empresarial, caso, as autoridades competentes verificarem, em fiscalização ou exercício do poder e polícia, o descumprimento de normas legais e regulamentares, ou desvio de finalidade do licenciamento contido neste instrumento.

---

---

**Data de Emissão:** 04/01/2022 **Data de Validade:** 31/12/2022

---

---

Autenticação Eletrônica: 5943-AA8D-B96A-E646



Verifique a autenticidade pelo link: [https://maedorio-pa.nobesistemas.com.br/tributos/document\\_validator](https://maedorio-pa.nobesistemas.com.br/tributos/document_validator)

**ESTE ALVARÁ DEVERÁ SER COLOCADO EM LUGAR DE DESTAQUE**

[Voltar](#)[Imprimir](#)

### **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 20.801.477/0001-83

**Razão Social:** BORGES E MOURA ADVOGADOS

**Endereço:** RUA DO LIVRAMENTO S/N SALA 001 / CENTRO / MAE DO RIO / PA /  
68675-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 19/12/2021 a 17/01/2022

**Certificação Número:** 2021121902344145578940

Informação obtida em 06/01/2022 16:00:55

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**

CERTIDÃO nº 688/2014- S.I

Prot. 14.0000.2014.001538-7

Eu, **Jader Kahwage David**, Secretário  
Geral da **ORDEM DOS ADVOGADOS  
DO BRASIL – SEÇÃO DO PARÁ**, nos  
termos da Lei,

**CERTIFICO** que foi deferido o pedido de Registro da Sociedade de Advogados de nº **648/2014** nos seguintes termos: "**Contrato Social para Constituição de Sociedade de Advogados "Borges & Moura Advogados"**". Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **Glauber Daniel Bastos Borges**, brasileiro, solteiro, advogado, residente e domiciliado na Rua Coronel Pantoja de Miranda, nº 219, bairro Silas Freitas, Mãe do Rio – PA, CEP 68675-000, inscrito na OAB/PA sob o nº 16502 e CPF nº 889.454.132-00; e **Gabriel Nascimento de Moura**, brasileiro, solteiro, advogado, residente e domiciliado na Rua Bela Vista, nº 276, bairro Silas Freitas, Mãe do Rio – PA, CEP 68675-000, inscrito na OAB/PA sob o nº 19082 e no CPF sob o nº 876.165.302-06, partes entre si ajustadas, têm a constituição de uma Sociedade de Advogados, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições: **DA RAZÃO SOCIAL E DO SEU USO: CLÁUSULA PRIMEIRA:** A Sociedade tem por razão social o nome "Borges & Moura Advogados" se rege pela Lei Federal nº 8906/94, pelo Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, pelo Provimento 112/2006 e pelos demais provimentos e regulamentos aplicáveis à espécie. **Parágrafo Único:** A razão social é de uso exclusivo nos negócios da Sociedade, ficando vedada sua utilização em negócios estranhos ao objeto social. **DO OBJETO, PRAZO E ENDEREÇO DA SOCIEDADE: CLÁUSULA SEGUNDA:** O objeto principal da sociedade é a prestação de serviços exclusivamente jurídicos, privativos de advogados, podendo, ainda, praticar todos os demais atos que, direta ou indiretamente estiverem vinculados aos objetivos da sociedade. **CLÁUSULA TERCEIRA:** O prazo de duração da sociedade é indeterminado, na forma permitida pela legislação brasileira em vigor. **CLÁUSULA QUARTA:** A Sociedade tem sede nesta cidade de Mãe do Rio à Rua do Livramento, s/n, Sala 001, Bairro Centro, CEP 68675-000, Fone 3444-2070, e-mail: glauberborges.adv@gmail.com. **Parágrafo Único:** Fica autorizada a criação de filiais desta Sociedade em qualquer parte do território nacional, respeitadas as normas vigentes. **DO CAPITAL SOCIAL, SUA DISTRIBUIÇÃO EM QUOTAS SOCIAIS: CLÁUSULA QUINTA:** O capital social é de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) totalmente integralizado nesta oportunidade pelos sócios, dividido em 10 (dez) quotas patrimoniais, sendo cada quota no valor nominal de R\$ 200,00 (duzentos reais). **CLÁUSULA SEXTA:** O capital social de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e as quotas patrimoniais e de serviço estão assim distribuídas: **a)** Ao sócio **Glauber Daniel Bastos Borges** cabem 05 (cinco)

quotas, perfazendo a quantia de R\$ 1.000 (mil reais), 50% das quotas patrimoniais; **b)** E ao sócio **Gabriel Nascimento de Moura** cabem 05 (cinco) quotas, perfazendo a quantia de R\$ 1.000 (mil reais), 50% das quotas patrimoniais; **DA CESSÃO DAS QUOTAS E DA DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS E EXERCÍCIO SOCIAL: CLÁUSULA SÉTIMA:** Se um dos sócios desejar vender ou ceder onerosamente a terceiros, estranhos à sociedade, uma parcela ou a totalidade de suas quotas, poderá fazê-lo, desde que ofereça por escrito aos demais para que estes exerçam o direito de preferência no prazo de 30 (trinta) dias. O silêncio do sócio significará aprovação da alienação, mas a venda ou cessão das quotas só poderá ser consumada nas mesmas bases e condições ofertadas pelo cedente aos demais sócios. **CLÁUSULA OITAVA:** Serão efetuados balancetes periódicos a fim de apurar o resultado societário havido, sendo facultado à sociedade rateá-los ou não na proporção da participação de cada sócio no capital social, o que será objeto de deliberação societária, obedecidas as reservas de provisão e de rateios que a sociedade venha a estabelecer para a boa gestão; **Parágrafo Único:** O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se, necessariamente, em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, para elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, que serão julgados pelos sócios, no primeiro trimestre seguinte ao término do exercício social. **DO FALECIMENTO, DA AUSÊNCIA, DA INVALIDEZ OU DA INTERDIÇÃO DO SÓCIO: CLÁUSULA NONA:** No caso de falecimento ou ausência de quaisquer dos sócios a sociedade não será extinta, levantando-se um balanço especial para a data legal da declaração do fato, no prazo de 90 (noventa) dias e, o representante legal do falecido ou ausente, deliberará com os sócios remanescentes, de comum acordo, se convier aos remanescentes, mediante aprovação dos detentores da maioria do capital social, o ingresso dos herdeiros ou sucessores do morto ou ausente, no prazo de 30 (trinta) dias após lhe ter sido apresentado o balanço, sujeitando-se os herdeiros ou sucessores a preencher a condição de advogado regularmente inscrito na OAB. E, não havendo o quorum acima estipulado, efetuar-se-á o pagamento dos haveres daquele a sua herança ou sucessores, a serem apurados naquele balanço especialmente efetuado para tal fim, no máximo em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de atualização monetária calculada pela variação acumulada, mensalmente, do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) da Fundação Getúlio Vargas e de juros de 1% (um por cento) ao mês, contados da data da ocorrência do evento, iniciando-se o pagamento da primeira parcela 90 (noventa) dias após essa data. **Parágrafo Primeiro:** Se o falecido for sócio no exercício do cargo de administração da sociedade, o seu representante legal receberá, durante o período que anteceder ao pagamento dos haveres daquele, mensalmente, valor idêntico ao seu pró-labore à época do óbito, a título de adiantamento a ser descontado dos haveres à época do pagamento destes. **Parágrafo Segundo:** Havendo a interdição de quaisquer dos sócios, a sociedade não será extinta e, os haveres do sócio interdito serão apurados, também, em balanço especial, na data legalmente reconhecida como da declaração de interdição do sócio, sendo este excluído da sociedade e, tais haveres, após apurados na forma do § 1º desta cláusula, pagos nos mesmos termos e condições ali previstos, ao seu curador, efetuando-se a necessária redução do capital social. **Parágrafo Terceiro:** No caso do herdeiro ou sucessor do sócio falecido ou ausente deter cotas do capital da sociedade, participando desta como sócio, acrescerão às suas cotas aquelas que receber por herança ou

sucessão, as quais lhe serão igualmente distribuídas, não se aplicando, nessa hipótese, a regra disposta no § 1º desta cláusula. Ou seja, não haverá apuração de haveres do sócio falecido ou ausente, para indenização dos seus herdeiros ou sucessores, mas, sendo estes sócios na entidade, por ocasião da declaração do óbito ou da ausência do sócio morto ou ausente, a eles serão distribuídas as cotas nos termos do ato legal que lhes destinar a herança. **Parágrafo Quarto:** Tanto no caso de óbito, ausência ou interdição de sócio, só será aceita a representação deste através da documentação pertinente, legalmente expedida pela autoridade judicial competente. **DA RETIRADA E EXCLUSÃO DE SÓCIO:**  
**CLÁUSULA DÉCIMA:** No caso de um dos sócios desejar retirar-se da sociedade deverá notificar os outros, por escrito, com antecedência de 60 (sessenta) dias, conforme art. 1.029, do Código Civil Brasileiro, e, seus haveres lhe serão reembolsados nas condições abaixo ajustadas. **Parágrafo Primeiro:** Os haveres do sócio retirante, compreendendo capital, lucros e quaisquer outros créditos, serão apurados pelo montante efetivamente realizado e será liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, na data da ocorrência. **Parágrafo Segundo:** Os haveres apurados na forma acima estabelecida serão pagos ao sócio retirante em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor. **CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA:** A Sociedade poderá excluir sócios, desde que justificadamente e de forma indenizada, pela unanimidade dos votos dos Sócios Patrimoniais, excluídos os impedidos. **Parágrafo Primeiro:** Os haveres do sócio excluído, compreendendo capital, lucros e quaisquer outros créditos, serão apurados pelo montante efetivamente realizado e será liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, na data da ocorrência. **Parágrafo Segundo:** Os haveres apurados na forma acima estabelecida serão pagos ao sócio excluído em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor. **Parágrafo Terceiro:** O capital social sofrerá a correspondente redução, salvo se os sócios remanescentes suprirem o valor da quota. **Parágrafo Quarto:** Considerando que as sociedades de advogados são tipicamente sociedades de pessoas, cuja base de exercício reside na confiança recíproca e na affectio societatis, e ainda, que por imposição legal, nessas sociedades, o nome social deve conter o patronímico de um ou mais sócios, e que o uso desses é direito personalíssimo, considera-se fato suficiente à permitir a dissolução parcial da Sociedade, com exclusão de um ou mais sócios, a perda daquela affectio, assim deliberada por decisão dos Sócios Patrimoniais remanescentes, por votação unânime e especialmente convocada para esse fim, e com prévia convocação do sócio que se pretende excluir. **Parágrafo Quinto:** Em qualquer caso de exclusão, esta será operada mediante simples alteração do Contrato Social, na forma do parágrafo único do art. 12 do Provimento 112/2006 do Conselho Federal da OAB. **DO PROSEGUIMENTO DAS ATIVIDADES SOCIAIS E DA RESPONSABILIDADE REMANESCENTE E DA QUARENTENA:**  
**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA:** Em qualquer das hipóteses estabelecidas nas CLÁUSULAS OITAVA, NONA e DÉCIMA, a sociedade não entrará em dissolução, podendo os sócios remanescentes continuar com as atividades sociais, até a efetiva regularização do quadro societário. **CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA:** A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou sua herança, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos depois de averbada a resolução da sociedade. Nas hipóteses de retirada ou exclusão de

sócios, a responsabilidade pelas obrigações sociais perdurará por igual prazo, enquanto não se requerer a averbação, nos termos do art. 1.032 do Novo Código Civil Brasileiro. **CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA:** Em todas as hipóteses acima mencionadas nas cláusulas 9ª a 11ª fica estabelecida quarentena de 24 (vinte e quatro) meses para exercer a advocacia contra os clientes que a Sociedade possuía no período em que o Sócio esteve na Sociedade, sem prejuízo das sanções correspondentes. **CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA:** Os sócios não poderão exercer advocacia autonomamente e auferir os respectivos honorários como receita pessoal, salvo na hipótese em que os sócios, unanimemente, resolverem deliberar de outro modo, através de prévia e expressa anuência dos Sócios. Excetua-se dessa regra, também, o exercício da advocacia como servidores nos cargos próprios à advocacia pública ou, ainda, como empregados de pessoas jurídicas de direito privado, desde que não se trate de outra sociedade de advogados. Também, poderão os sócios exercer o magistério público ou privado. **DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS E DO "PRÓ LABORE":** **CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA:** A responsabilidade profissional dos sócios será regulada pelas normas do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e pelos provimentos do CFOAB. A sociedade, os sócios e associados responderão subsidiária e ilimitadamente por comprovados danos causados aos clientes decorrentes de ação ou omissão no exercício da advocacia, conforme inciso XI do art. 2º do Provimento CFOAB n.º 112/2006 e Provimento n.º 147/2012 do CFOAB. A responsabilidade social de cada sócio, no âmbito dos negócios sociais, é limitada na forma da lei. Os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais estranhas ao exercício profissional, conforme estabelece o artigo 1.054 c/c o artigo 997, VIII, também do Código Civil. **Parágrafo Único:** Nas relações com terceiros, que não envolvam a prestação de serviços jurídicos, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas partes, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 997, inciso VIII, c.c. artigo 1.052 e 1.054, do Código Civil (Lei n.º 10.406/2002). **CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA:** Será estipulada uma retirada mensal para os sócios-administradores, de conformidade com a legislação em vigor. **DA ADMINISTRAÇÃO E EXTINÇÃO DA SOCIEDADE:** **CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA:** A administração da sociedade caberá, por livre e desimpedida deliberação dos sócios, exclusivamente ao Sr. Dr. Glauber Daniel Bastos Borges, OAB/PA 16502, CPF n.º 889.454.132-00 que por este ato está constituído para a execução dos poderes inerentes ao instrumento de mandato judicial, representando a sociedade em todos os atos administrativos e judiciais até a última Instância do respectivo Poder. **CLÁUSULA DÉCIMA-NONA:** Na hipótese de os sócios decidirem extinguir a sociedade será levantado o Balanço de Encerramento e divididos os haveres e deveres na proporção da participação de cada qual no capital social. **Parágrafo Único:** O pagamento integral deverá ocorrer no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após o fechamento do Balanço de Encerramento. **DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, DO FORO E DAS REVOGAÇÕES DAS DISPOSIÇÕES CONTRÁRIAS:** **CLÁUSULA VIGÉSIMA:** As alterações somente serão permitidas através do pleno consenso entre os sócios, salvo as disposições em contrário expressas neste Contrato. **CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA:** Ficam revogadas todas as cláusulas e disposições naquilo que conflitarem com o que é disposto neste instrumento. **CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA:** Fica estabelecido o foro da cidade de Mãe do Rio, Estado do Pará, a fim de dirimir qualquer dúvida oriunda do presente Contrato. **CLÁUSULA**

**VIGÉSIMA-TERCEIRA:** Os sócios declaram que não exercem nenhum cargo ou ofício público que origine impedimento ou incompatibilidade indicado no Estatuto da OAB; que não participam de outra sociedade de advogados no âmbito desta Seccional; que não são a ela associados e que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei impedindo-os de participar de sociedades. E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes o presente documento em 03 (três) vias de igual teor e valor, na presença de 02 (duas) testemunhas que também subscrevem. Mãe do Rio - PA, 10 de Julho de 2014. **aa) Glauber Daniel Bastos Borges** - Advogado OAB/PA 16.502; **Gabriel Nascimento de Moura** - Advogado OAB/PA 19.082. TESTEMUNHAS: 1ª) Brenda Gonçalves Bezerra - CPF: 009.965.242-78 - Endereço: R. São Silvestre, 256 - São Francisco; 2ª) Antonio Gonçalves Lima Bezerra - CPF: 286.700.858-10 Endereço: R. São Silvestre, 256 - São Francisco". Este Registro de Contrato de Sociedade foi deferido pela Câmara Especial da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará, através da decisão do Conselheiro Relator Dr. Dennis Serruya, sendo devidamente homologado pela Presidência da Câmara Especial em 22/07/2014, data em que teve seu registro lavrado no Livro nº 16 de Sociedade de Advogados, sendo arquivada uma cópia do registro da sociedade neste Setor de Inscrição da OAB-PA. Belém-PA, 28 de julho de 2014.

  
**Jader Kahwage David**  
Secretário Geral da OAB-PA





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ**

---

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

A Câmara Municipal de Aurora do Pará, inscrita no CNPJ 34.689.489/0001-72, por meio de seu Presidente o Sr. Francisco Maurisberto Freires de Araújo, **Atesta** para os devidos fins que a Empresa **BORGES & MOURAADVOGADOS**, inscrita no CNPJ 20.801.477/0001-83, realizou serviços técnicos especializado, à esta Câmara Municipal, de consultoria e assessoramento nas áreas de: assessoria e consultoria jurídica em Direito público, Administrativo, Constitucional e Municipal, bem como atuado nas demandas da Mesa Diretora, Comissões Legislativa e Plenário do Poder Legislativo, durante o período de 01/01/2019 a 31/12/ 2019.

Registramos, ainda, que as prestações de serviços acima referidos apresentaram aprimorado desempenho operacional e técnico, tendo a empresa cumprindo fielmente com suas obrigações, nada constando, até a presente data, que desabone sua técnica e conduta.

Aurora do Pará – Pa 03 de Janeiro de 2020

  
**FRANCISCO MAURISBERTO FREIRÉS DE ARAÚJO**  
**PRESIDENTE CMAP 2019/2020**

*Francisco Maurisberto F. de Araújo*  
**Presidente**

São Francisco, s/n - Bairro Nova Esperança - CEP: 68.658-000 - Email:  
camaraaurora2017@gmail.com - Aurora do Pará- PA



## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>20.801.477/0001-83</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>22/07/2014</b>
NOME EMPRESARIAL <b>BORGES &amp; MOURA ADVOGADOS</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>69.11-7-01 - Serviços advocatícios</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não Informada</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>223-2 - SOCIEDADE SIMPLES PURA</b>			
LOGRADOURO <b>R DO LIVRAMENTO</b>	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO <b>SALA 001</b>	
CEP <b>68.675-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>MAE DO RIO</b>	UF <b>PA</b>
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>22/07/2014</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 08/08/2014 às 15:57:50 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

**Voltar**

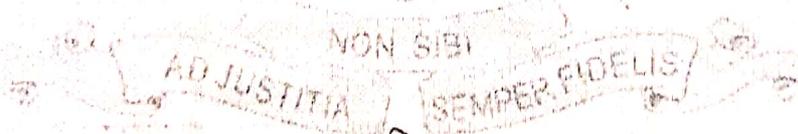


**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE MÃE DO RIO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA**

Certifico, que a requerimento da parte interessada, revendo os registros de distribuição, de 1º de janeiro de 1980, até a presente data, em face de BORGES E MOURA ADVOGADOS, CNPJ 20.801.477/0001-83, residente em RUA DO LIVRAMENTO, S/N, SALA 001, CENTRO MAE DO RIO/PA CEP 68675-000, NADA CONSTA na Justiça Estadual de 1º grau, 2º grau e nos Juizados Especiais do Estado do Pará, referente a AÇÕES CÍVEIS em que é parte como requerido(a).

**Observações:**

1. Certidão expedida gratuitamente, através da Central de Distribuição deste Fórum.
2. A informação do nº do CPF ou CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário, sob pena de incorrer na prática dos atos típicos previstos nos arts. 299 § 1º, art. 301 e 304 do Código Penal Brasileiro.
3. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado do Pará ([www.tjpa.jus.br](http://www.tjpa.jus.br)), no menu de consultas.
4. Este documento é válido somente por 90 (noventa) dias.
5. A autenticidade poderá ser efetivada, no máximo, até 90 (noventa) dias após sua expedição.



terça-feira, 7 de dezembro de 2021

*Mauro*  
MAURO ANDRÉ FIGUEIREDO PENA  
CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO DE MAE DO RIO  
COMARCA DE MÃE DO RIO

**Mauro André Figueiredo Pena**  
Agalista Judiciário - Diretor de Secretaria  
Matrícula 143.928

As informações contidas nesta Certidão referem-se a existência de Ações de Execução Fiscal, Municipal ou Estadual, Execução patrimonial, Falência e recuperação Judicial (Concordata), Cível e Comercial, Família, Interdição/Tutela/Curatela, Inventário e etc...

**Certidão em conformidade com o provimento 19/2009 - CJRME, que institui certidão única para feitos cíveis.**

Certidão expedida gratuitamente em: 07/12/2021 10:31:08

CONTROLE: 12071008930243

Válida até 07/03/2022 00:00:00

Esta certidão é emitida apenas para pessoas com maior idade civil.

Libra (mauro.pena)

Comprovação de autenticidade da certidão no site <http://www.tjpa.jus.br>

Esta certidão tem efeito de certidão negativa para processos de Falência, concordata (ainda remanescentes) ou recuperação judicial.

1



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAE DO RIO  
ESTADO DO PARA  
CERTIDÃO NEGATIVA

Data: 14/12/2021

Hora: 11:49:12

Vanessa

Secretaria Municipal de Finanças  
Departamento de Tributos

## Certidão Negativa de Débitos Nº 151/2021

**CPF/CNPJ:** 20.801.477/0001-83

**NOME / RAZÃO:** BORGES & MOURA ADVOGADOS

**ENDEREÇO:** RUA DO LIVRAMENTO, Nº 0 SN SALA 001 **BAIRRO:** CENTRO **CIDADE:** Mãe do Rio - PARA **CEP:** 68675-000

Certifico que revendo os arquivos desta Secretaria de Administração e Finanças, Setor Tributário não constam débitos em nome do contribuinte acima identificado.

Ressalvando o direito da Fazenda Municipal de cobrar e inscrever quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados por esta Secretaria.

**Data de emissão:** 14/12/2021

**Data de validade:** 14/03/2022

Mãe do Rio, 14 de Dezembro de 2021.

Autenticação Eletrônica: 7F06-0F45-62F6-FF99



Verifique a autenticidade pelo link: [https://maedorio-pa.nobesistemas.com.br/tributos/document\\_validator](https://maedorio-pa.nobesistemas.com.br/tributos/document_validator)



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: BORGES & MOURA ADVOGADOS**  
**CNPJ: 20.801.477/0001-83**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 10:26:31 do dia 09/12/2021 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 07/06/2022.

Código de controle da certidão: **0AF8.C9C1.BFCA.E18E**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: BORGES & MOURA ADVOGADOS (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 20.801.477/0001-83

Certidão nº: 56423047/2021

Expedição: 09/12/2021, às 10:23:57

Validade: 06/06/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que BORGES & MOURA ADVOGADOS (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 20.801.477/0001-83, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Voltar

Imprimir

**CAIXA**  
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

**Certificado de Regularidade  
do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 20.801.477/0001-83

**Razão Social:** BORGES E MOURA ADVOGADOS

**Endereço:** RUA DO LIVRAMENTO S/N SALA 001 / CENTRO / MAE DO RIO / PA /  
68675-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 30/11/2021 a 29/12/2021

**Certificação Número:** 2021113002463309956775

Informação obtida em 09/12/2021 10:40:53

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**

SERVIÇO GRATUITO



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

**CERTIDAO NEGATIVA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA**

**Nome:** NÃO CONSTA

**Inscrição Estadual:** NÃO CONSTA

**CNPJ:** 20.801.477/0001-83

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que **NÃO CONSTAM**, até a presente data, pendências em seu nome, relativamente aos débitos administrados pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, de natureza tributária, inscritos ou não na Dívida Ativa.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto n.º 2.473, de 29 de setembro de 2006, e da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, somente produzirá efeitos após a confirmação de sua autenticidade, pela Internet, no Portal de Serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico [www.sefa.pa.gov.br](http://www.sefa.pa.gov.br).

**Emitida às:** 10:41:30 do dia 09/12/2021

**Válida até:** 07/06/2022

**Número da Certidão:** 702021081218555-0

**Código de Controle de Autenticidade:**  
5981070E.76007281.27A2E826.9517DBB2

**Observação:**

- Nos termos da legislação pertinente a presente Certidão poderá, independente de notificação prévia, ser cassada quando, dentro do período de validade forem verificadas as hipóteses previstas no art. 6º da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, como também em decorrência da suspensão de medida liminar.

- A cassação da certidão será efetuada de ofício, devendo ser dada a publicidade do fato por meio de consulta pública no endereço eletrônico [www.sefa.pa.gov.br](http://www.sefa.pa.gov.br).

Válida em todo território paraense.

SERVIÇO GRATUITO

SERVIÇO GRATUITO



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

**CERTIDÃO NEGATIVA DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA**

**Nome:** NÃO CONSTA

**Inscrição Estadual:** NÃO CONSTA

**CNPJ:** 20.801.477/0001-83

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que **NÃO CONSTAM**, até a presente data, pendências em seu nome, relativamente aos débitos administrados pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, de natureza não tributária, inscritos na Dívida Ativa.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto n.º 2.473, de 29 de setembro de 2006, e da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, somente produzirá efeitos após a confirmação de sua autenticidade, pela Internet, no Portal de Serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico [www.sefa.pa.gov.br](http://www.sefa.pa.gov.br).

**Emitida às:** 10:41:30 do dia 09/12/2021

**Válida até:** 07/06/2022

**Número da Certidão:** 702021081218556-9

**Código de Controle de Autenticidade:**

59A454DE.38E23E8B.E1B985B0.37A7BE2D

**Observação:**

- Nos termos da legislação pertinente a presente Certidão poderá, independente de notificação prévia, ser cassada quando, dentro do período de validade forem verificadas as hipóteses previstas no art. 9º da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, como também em decorrência da suspensão de medida liminar.

- A cassação da certidão será efetuada de ofício, devendo ser dada a publicidade do fato por meio de consulta pública no endereço eletrônico [www.sefa.pa.gov.br](http://www.sefa.pa.gov.br).

Válida em todo território paraense.

SERVIÇO GRATUITO



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

**CERTIDÃO NEGATIVA**

**DE**

**LICITANTES INIDÔNEOS**

Nome completo: **BORGES & MOURA ADVOGADOS**

CPF/CNPJ: **20.801.477/0001-83**

**O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).**

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 10:43:24 do dia 09/12/2021, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: PYTO091221104324

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.